

## **Turismos, sustentabilidades e pandemias: Incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030**

*Tourisms, sustainabilities and pandemics: uncertainties and possible paths for tourism planning within the horizon of the 2030 Agenda*

*Turismos, sostenibilidades y pandemias: incertidumbres y posibles caminos para la planificación turística en el horizonte de la Agenda de 2030*

Marta de Azevedo Irving<sup>1</sup>  
André Meyer Coelho<sup>2</sup>  
Thaiane Oliveira Arruda<sup>3</sup>

---

Artigo convidado - Edição especial Turismo e Pandemia Covid-19

---

**Resumo:** O debate crítico sobre o turismo, seus significados contemporâneos e seus efeitos no contexto de uma sociedade em crise, em razão da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente, têm inspirado inúmeras pesquisas acadêmicas nos últimos anos. Esse tema vem também adquirindo centralidade no contexto da *Pandemia da Covid-19*. Com base nesses antecedentes, esse ensaio teórico, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, objetiva problematizar o turismo enquanto objeto de pesquisa e investigar, no plano de políticas públicas globais os principais caminhos delineados a partir da *Rio 92*, bem como discutir alternativas possíveis para o planejamento turístico, no *pós-pandemia da Covid-19*, considerando o horizonte da *Agenda 2030*. Por meio da análise realizada pode-se afirmar que o tema da sustentabilidade no turismo vem sendo prioritariamente abordado em pesquisa e políticas públicas, pela via operacional do mercado, embora as nuances socio ambientais e éticas associadas a esse debate sejam cada vez mais evidentes em uma projeção de futuro, o que pressupõe novas epistemologias para apreensão desse fenômeno complexo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Turismo. Sustentabilidade. Pandemia. Agenda 2030.

**Abstract:** *The critical debate about tourism, its contemporary meanings and its effects in the context of a society in crisis, due to the unsustainability of the current development model, have inspired numerous academic research in the recent years. This theme has also acquired a key importance in the context with the Covid-19 Pandemic. Considering this background, this theoretical essay, based on bibliographic and documental research, aims to problematize tourism as an object of research and investigate, in the global public policy plan, the main paths outlined since Rio 92, as well as to discuss possible alternatives for tourism planning in the post-pandemic period, considering the 2030 Agenda's horizon. Through the proposed analysis, it can be affirmed that the thematic concerning tourism sustainability has been primarily addressed in research and public policies through a market bias, although the socio-environmental and ethical nuances associated with this debate are increasingly evident, considering a future perspective approach, which requires new epistemologies for the apprehension of this contemporary complex phenomenon.*

**Keywords:** *Tourism. Sustainability. Pandemic. Agenda 2030.*

**Resumen:** *El debate crítico sobre el turismo, sus significados contemporáneos y sus efectos en el contexto de una sociedad en crisis, debido a la insostenibilidad del modelo de desarrollo actual, han inspirado muchas investigaciones académicas en los últimos años. Este tema también ha adquirido centralidad en el contexto de la Pandemia Covid-19. Basándose en estos antecedentes, este ensayo teórico de investigación bibliográfica y documental, tiene como objetivo problematizar el turismo como objeto de estudios e investigar, en el plan global de políticas públicas, los principales caminos esbozados desde la Río 92, y además discutir posibles alternativas para la planificación turística, en el periodo pos-Pandemia de la Covid-19, teniendo en cuenta el horizonte de la Agenda 2030. Por medio del análisis realizado se puede afirmar que el tema de la sostenibilidad en el turismo*

---

<sup>1</sup>**Formação/curso:** Doutorado em Ciências pela USP (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO – USP, São Paulo – SP, Brasil). **Instituição:** Professora na UFRJ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil). **E-mail:** marta.irving@mls.com.br

<sup>2</sup>**Formação/curso:** Doutorando no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia (PPED) da UFRJ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil). **Instituição:** Professor na FGV - Fundação Getulio Vargas. **E-mail:** andre.m.coelho@gmail.com

<sup>3</sup>**Formação/curso:** Bacharel em Turismo e Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. **Instituição:** Universidade Federal do Rio de Janeiro. **E-mail:** oliverthai@hotmail.com

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

*se ha abordado principalmente en la investigación académica y las políticas públicas a partir de una perspectiva operativa del mercado, aunque los matices socioambientales y éticos asociados a este debate sean cada vez más evidentes en una proyección del futuro. Esto presupone nuevas epistemologías para la aprehensión de este complejo fenómeno contemporáneo.*

**Palabras clave:** Turismo. Sostenibilidad. Pandemia. Agenda 2030.

## **1 Introdução**

O debate crítico sobre o turismo, seus significados contemporâneos e seus efeitos no contexto de uma sociedade em crise têm inspirado inúmeras pesquisas acadêmicas nos últimos anos. Nesse movimento, os efeitos recentes da *Pandemia da Covid-19* têm também contribuído de maneira pedagógica e emblemática para iluminar as inúmeras faces desse tema polissêmico e complexo, permeado por diversas contradições e embates de ideologias que caracterizam a própria contemporaneidade.

Esse debate está ancorado ainda no reconhecimento de que a *Pandemia da Covid-19* resulta da insustentabilidade dos modos de ser e existir em sociedade que, por sua vez, são consequências de engrenagens de produção e consumo que caracterizam as dinâmicas industriais e pós-industriais, nas quais o significado de natureza vem sendo decodificado apenas como insumo para o crescimento econômico e, o de cultura, como insumo para nutrir a “indústria cultural”. Nesse sentido, o turismo, em sentido convencional, tem representado uma via privilegiada para a concretização e consolidação dessas percepções.

Não por acaso o turismo vem sendo traduzido nos últimos anos prioritariamente na literatura especializada e nas narrativas de políticas públicas como atividade econômica, segundo uma perspectiva operacional e/ou instrumental de análise, segundo um viés claramente orientado pelos interesses do mercado. Essa tendência se evidencia em políticas públicas desde as concepções originais que passaram a orientar o próprio setor, conforme expressas nos documentos norteadores da própria *Organização Mundial do Turismo (OMT)*, a partir da década de 1960. (WTO, 1999; UNWTO, 2018). Mas, nos últimos anos, e principalmente a partir da década de 1990, parece também evidente uma mudança de tom nas narrativas das agências das Nações Unidas (entre as quais, a OMT) com relação ao próprio significado de desenvolvimento, o qual passa a agregar, progressivamente, a multidimensionalidade que caracteriza o processo a partir do reconhecimento das nuances éticas e socioambientais envolvidas.

No plano acadêmico, em particular, essa tendência parece também irreversível, mas esse movimento é lento, enfrenta resistências de toda ordem e por essa razão não tem sido ainda capaz de desmistificar a leitura reducionista predominante sobre o turismo. Nesse sentido, o contexto da

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

*Pandemia da Covid-19* tem iluminado, de maneira espetacular, a necessidade de se desconstruir esse viés reducionista de análise sobre o fenômeno turístico a partir de um sentido de urgência, que resulta da necessidade de transformação da sociedade e também de ressignificação do próprio turismo nos próximos anos, em novas bases. Por essa razão, o turismo precisaria ser também decodificado academicamente em suas múltiplas nuances, nas sutilezas que caracterizam esse fenômeno contemporâneo que é complexo e que não responde apenas à lógica do mercado.

A *Pandemia da Covid-19* vem reafirmando cada vez mais esse sentido de urgência com relação aos riscos crescentes à própria sobrevivência humana, o que vem colocando em xeque a própria engrenagem econômica nos moldes vigentes centrados em falsas certezas, como a inexorabilidade dos recursos naturais e a convicção de que tudo e todos estão, permanentemente, sob controle. Ao contrário, a experiência da *Pandemia* trouxe para a o primeiro plano da reflexão um importante alerta: a realidade é permeada por inúmeras incertezas que caracterizam a sociedade contemporânea. E, nessa perspectiva, o turismo talvez tenha sido o fenômeno contemporâneo que melhor tenha traduzido esse debate.

Não se pode negligenciar, nesse contexto, que o tema da sustentabilidade está impresso de maneira irreversível nessa reflexão pulsante sobre a dinâmica contemporânea, sendo também central em qualquer exercício crítico de projeção de cenários para o desenvolvimento, como previamente discutido na literatura especializada (RATTNER, 1999; JACOBI, 2003; GADOTTI, 2008; PIERRON, 2009; JATOBÁ *et al.* 2009; VEIGA, 2010; BOFF, 2012; LOUREIRO, 2012, 2014; IRVING; OLIVEIRA, 2012; IRVING, 2014, entre outros). Nessa linha de argumentação, Pierron (2009) reafirma que as sociedades contemporâneas precisam ter a coragem de enfrentar um desafio fundamental: o de articular natureza e história. Nesse caso, para o autor, o compromisso com as premissas do desenvolvimento sustentável pode ser a saída para que a humanidade encontre caminhos para se contrapor a um modelo de desenvolvimento tecnológico e alienante, que resulta de suas próprias escolhas.

Porém, o próprio campo de reflexão sobre sustentabilidade é complexo e contraditório como anteriormente discutido (IRVING; OLIVEIRA, 2012; IRVING, 2014) e, por essa razão, vem inspirando um debate teórico controverso, permeado por diferentes nuances ideológicas, percepções de mundo e posturas éticas.

Apesar disso e diante da percepção da gravidade dos riscos à própria sobrevivência humana decorrentes da insustentabilidade dos modos de vida da sociedade contemporânea, com efeitos no presente e no futuro, o contexto da *Pandemia* vem contribuindo para reafirmar um senso de gravidade e urgência, no sentido de cidadania planetária. Assim, pensar em sustentabilidade(s) no turismo(s), no

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

contexto da(s) pandemia(s) exige uma reflexão no plural.

Não se pode desconsiderar, nessa breve reflexão, que muitos pesquisadores vêm alertando a sociedade, em geral, para o risco crescente de pandemias nos próximos anos. Um documento recente do IPBES (2020) reafirma a dinâmica de uso e ocupação do solo e do aquecimento global como causas potenciais de pandemias. Segundo essa mesma fonte, as pandemias estão se tornando cada vez mais frequentes. No entanto, as estratégias usuais dirigidas ao equacionamento desse problema estão, em geral, centradas no combate a doenças em termos de ações baseadas em tecnologia e saúde pública. Ocorre que a emergência de pandemias resulta da própria dinâmica das atividades humanas. Além disso, segundo essa mesma fonte, as causas são as mesmas que estão na origem do aquecimento global ou da perda da biodiversidade e envolvem os padrões de uso e ocupação do solo, a expansão e intensificação agrícola, o comércio e consumo de animais selvagens, entre outras. Em outras palavras, as pandemias resultam das rupturas das dinâmicas ecológicas e dos padrões insustentáveis de produção e consumo, que caracterizam o modo de vida das sociedades atuais. Nesse caso, o caminho para conter esse processo nos próximos anos é enfrentar esses problemas diretamente, tendo em vista a estimativa de ocorrência de 5 novas doenças de origem viróticas a cada ano, cada uma delas com potencial de expansão para novas pandemias. (IPBES, 2020)

Vale lembrar que a *Pandemia da Covid-19* representa uma ilustração exemplar e atual de situações que aconteceram inúmeras vezes no passado, mas que podem ser cada vez mais recorrentes no futuro, em resposta à ruptura das dinâmicas da natureza, que decorre do atual modelo de desenvolvimento e, principalmente, em razão da histórica cisão entre sociedade e natureza, condição que caracteriza a própria contemporaneidade. Nesse caso, o foco de reflexão em planejamento turístico em uma projeção realista de cenários não pode ser apenas a *Pandemia da Covid-19*, mas as pandemias (no plural) que podem estar por vir e que podem ser inevitáveis se as causas do problema não forem enfrentadas diretamente. Assim, ressignificar o turismo em novas bases não é apenas desejável, mas essencial na dinâmica de incertezas que caracteriza o presente e que estará certamente influenciando novos comportamentos e caminhos para o desenvolvimento no contexto pós *Pandemia*.

Nesse caso, por que abordar o “turismo” também no plural? Porque talvez esse seja um dos fenômenos mais visíveis, multifacetados e complexos da contemporaneidade “iluminados” pelo debate sobre sustentabilidade no contexto da *Pandemia da Covid-19*. E são muitas as questões a ele dirigidas, que são frequentemente entendidas como tabus pelo mercado e que vem sendo apenas periféricamente consideradas nas pesquisas acadêmicas. Algumas dessas questões essenciais permanecem sem resposta e merecem uma reflexão mais aprofundada como, por exemplo: Por que, para quem e até quando podem ser validadas as estratégias de planejamento turístico nos moldes atuais? Quem ganha e

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

quem perde nessa ciranda? Como projetar tendências diante de tantas incertezas? O que esperar desse “novo turista” nesse novo “anormal”? A quem caberá o custo das externalidades socioambientais decorrentes do processo? Quais os caminhos a serem adotados para o turismo, em bases sustentáveis, no contexto de uma sociedade capitalista?

Com base nesses antecedentes e nas inquietações anteriormente expressas, esse ensaio teórico, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, objetiva inicialmente problematizar o turismo como objeto de pesquisa, argumentando em favor da necessidade de construção de novas epistemologias para a apreensão desse objeto complexo. A partir desse exercício acadêmico, na conexão com o debate sobre sustentabilidade, se busca mapear os caminhos de políticas públicas que vêm inspirando novas leituras sobre o turismo e discutir possíveis alternativas para o planejamento turístico no contexto *Pós Pandemia da Covid-19* e no horizonte da *Agenda 2030*. Com essa orientação, o artigo está estruturado em cinco seções, além dessa introdução. Na primeira seção se busca problematizar o turismo como objeto de pesquisa e a partir do resgate de argumentos previamente publicados em Panosso Netto e Castillo Nechar (2014), Fragelli (2018) e Fragelli *et al.* (2019) e advogar em favor do paradigma do *Pensamento Complexo* (MORIN, 2000, 2001, 2015), como via possível para a decodificação crítica desse fenômeno contemporâneo. A segunda seção objetiva discutir brevemente a controversa noção de sustentabilidade no turismo, a partir dos argumentos de Irving *et al.* (2005), Irving (2018a) e alguns autores de referência nessa reflexão. Na terceira seção se pretende mapear e descrever de que maneira a temática da sustentabilidade no turismo vem sendo expressa em políticas públicas globais entre 1992, momento da realização *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (ou *Rio 92*, como ficou conhecida), principal marco de referência nesse debate e 2015, quando foi pactuada a *Agenda 2030* (UN, 2015a), também no âmbito das Nações Unidas. A quarta seção se dirige a um exercício preliminar para a identificação de temas relevantes e para o delineamento de caminhos desejáveis em planejamento turístico, no horizonte da *Agenda 2030* e no contexto pós *Pandemia da Covid-19*. Na última seção se busca sintetizar os argumentos construídos nesse ensaio e alinhar algumas inquietações que poderão inspirar novas pesquisas em turismo, pela perspectiva crítica no futuro.

## **2 Turismo fenômeno *Complexus*? Em busca de novas epistemologias**

Muitos são os autores, no campo do turismo, que vêm reiteradamente, nos últimos anos, argumentando a favor do desenvolvimento de bases teóricas e metodológicas que possam inspirar a construção de novas epistemologias capazes de decodificar esse fenômeno complexo e multifacetado. Não caberia nesse breve ensaio um aprofundamento sobre esse conjunto de argumentações já

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

discutidas na literatura especializada. Entretanto, se buscará, a seguir, a partir da compreensão do turismo como fenômeno contemporâneo complexo, o resgate de um exercício acadêmico previamente publicado (FRAGELLI, 2018; FRAGELLI *et al.*, 2019), que defende a tese de uma nova via epistemológica para a sua abordagem, o paradigma do *Pensamento Complexo* (MORIN, 2000, 2001; 2015).

Algumas inquietações justificam essa proposta. Em primeiro lugar, partindo-se do reconhecimento de que o turismo se configura, na contemporaneidade, como um fenômeno de alcance global, sendo no entanto produzido a partir da articulação de dinâmicas sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e simbólicas e estas, por sua vez, desencadeiam novas articulações que tendem a reconfigurar realidades locais nas quais esse fenômeno se desenvolve, como interpretá-lo apenas pela via reducionista do mercado a partir de uma perspectiva positivista de análise? E como justificar que a produção de conhecimento relacionada a esse campo se baseie ainda em grande parte em informações estratégicas (dados) e sua descrição, conforme discutido por Morrisset (2012)? A insistência em perspectivas utilitaristas centradas nos aspectos objetivos e quantificáveis do fenômeno, com ênfase em sua dimensão econômica, que têm sido claramente priorizadas em termos de produção acadêmica, tende a dificultar ainda mais a compreensão do turismo enquanto fenômeno multidimensional complexo. Da mesma maneira e apesar de certo consenso a respeito de as pesquisas mais críticas sobre o fenômeno turístico estarem, em geral, vinculadas às denominadas Ciências Humanas e Sociais, estudos nesse campo são também relativamente recentes (TRIBE, 2010; SAMPAIO, 2013).

É evidente que as estimativas otimistas de projeções econômicas promissoras e crescentes para o “setor” anteriormente à *Pandemia* pareciam justificar a interpretação do turismo predominantemente pela perspectiva operacional e como segmento de mercado. Nesse caso, não se pode negligenciar que a OMT, em 2018, por exemplo, estimava a circulação de mais de um bilhão de turistas movimentando cerca de um trilhão e meio de dólares, com estimativas e projeções na marca de dois bilhões de turistas até 2030, considerando-se apenas o fluxo internacional (UNWTO, 2018). É também interessante notar que, naquele momento limitada atenção era dirigida aos riscos globais que poderiam colocar em xeque até mesmo o próprio turismo. Porém como explicar que as projeções otimistas e crescentes para o “setor” até o início da *Pandemia* não tenham sido capazes de sequer prever os riscos que estavam por vir, mesmo diante de tantas evidências em relação à insustentabilidade dos modos de ser e existir na sociedade contemporânea? Essa lacuna interpretativa parece resultar diretamente da leitura reducionista e simplista sobre o turismo que, apesar de todas as evidências em sentido contrário, insiste em decodificá-lo apenas como um segmento econômico pela perspectiva do mercado.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

Mas, conforme anteriormente discutido, o turismo é um fenômeno complexo e multidimensional, de alcance global, mas que se materializa localmente. Assim, representa também a expressão de um fenômeno que se configura na articulação entre o local e o global (MORRISSET, 2012; FRAGELLI, 2018; FRAGELLI *et al.*, 2019). Nesse caso traduz dinâmicas econômicas, mas também socioculturais, ambientais, políticas, geopolíticas e éticas no contexto de um mundo em crise. E se essas conexões não forem decodificadas em sua complexidade, a pesquisa acadêmica (e sua tradução em políticas públicas) não poderá avançar.

Isso significa dizer que, no plano acadêmico, a insistência em abordagens apenas operacionais, monolíticas e disciplinares que fragmentam a sua leitura e desqualificam e despolitizam o debate perde completamente o sentido diante da complexa realidade de um mundo em crise. Por essa razão, alternativas teóricas e metodológicas na pesquisa em turismo são fundamentais para que se possa transcender essa superfície mais visível, tangível e quantificável do fenômeno, no sentido de viabilizar perspectivas mais amplas de análise, capazes de iluminar a sua multidimensionalidade, conforme previamente discutido em diversas publicações anteriores sobre o tema em foco. (IRVING *et al.*, 2016; FRAGELLI, 2018; FRAGELLI *et al.*, 2019).

Importante enfatizar, nesse sentido, que muitos autores nos últimos anos têm contribuído para essa reflexão sobre a dinâmica de produção de conhecimento em turismo em novas bases (PANOSSO NETTO *et al.*, 2011; IRVING *et al.*, 2016; PANOSSO NETTO; CASTILLO NECHAR, 2014; TRIBE, 2008; 2010; MOESCH, 2002; MORISSET, 2012; SAMPAIO, 2013, entre outros), buscando inspirar alternativas para as concepções monológicas e simplificadoras que têm orientado os debates nesse campo.

Essa leitura crítica sobre a epistemologia do turismo vem sendo um dos focos prioritários de pesquisa de Panosso Netto e Castillo Nechar (2014) que inspiram os argumentos defendidos nesse ensaio. Em uma publicação de referência, os autores discutem as correntes mais significativas no processo de produção de conhecimento em turismo e defendem a importância de novos caminhos com esse objetivo, em contraposição à perspectiva positivista que tem orientado os estudos turísticos desde a sua origem. Nesse sentido os autores enfatizam a necessidade de desenvolvimento de estudos críticos, em sintonia com os argumentos de diversos outros pesquisadores nesse campo pulsante, contraditório e ainda em construção, como Tribe (2008), que reconhece ser essa uma importante lacuna em pesquisa.

Panosso Netto e Castillo Nechar (2014) enfatizam também que nem sempre os conhecimentos produzidos são sólidos ou tem um mínimo de “vida útil”, sendo a crítica em turismo um caminho ainda marginal no plano da pesquisa. Sendo assim, os autores reafirmam como essenciais estudos de

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

turismo com esse enfoque e que possam contribuir para propor soluções aos problemas mal resolvidos pela corrente positivista, defendendo um maior engajamento do pesquisador na realidade investigada. Isso porque a produção de conhecimento não é livre de interferência, como defende a corrente positivista. Além disso, segundo os autores, a perspectiva crítica permite a investigação sobre os interesses ocultos inerentes ao processo e as ideologias que se expressam no cotidiano do fazer acadêmico, uma vez que por meio dela é possível buscar compreender, construir, interpretar e produzir um sentido novo e um novo significado com relação ao objeto de estudo em questão.

Por essa via, segundo os autores, a interpretação da realidade se efetiva por meio de processos de reflexão que se baseiam na relação entre teoria e práxis. Assim, a epistemologia crítica do turismo não se sustenta em sistemas científicos, linguísticos, filosóficos, matemáticos, estatísticos ou metodológicos universalmente comprovados, rigorosos ou validados e nem na visão pós-moderna, centrada no individualismo ou na fragmentação do conhecimento que vem decodificando o turismo a partir de seu significado operacional e/ou funcional. A epistemologia crítica do turismo, ao contrário, busca a transformação da realidade, a partir a captação da realidade em transformação e da formação de sujeitos sociais ativos, capazes de transformar positivamente a realidade vivenciada.

Essa leitura e diversas outras que a reafirmam têm contribuído significativamente para inspirar a construção de novas epistemologias para o turismo, que buscam transcender a via cartesiana convencional e que vêm inspirando um debate mais qualificado sobre o tema nos últimos anos.

Nesse sentido, a via paradigmática do *Pensamento Complexo*, desenvolvida desde meados do século XXI (MORIN, 2000, 2001, 2015), poderia representar uma alternativa interessante para a interpretação do turismo. Isso porque emerge exatamente do reconhecimento das limitações do paradigma cientificista e positivista, principalmente com relação ao seu viés reducionista e disjuntivo (que caracteriza a ciência na modernidade) e que vem influenciando a produção de conhecimento no campo de turismo desde a sua origem. Contudo, é importante enfatizar que, como via epistemológica, o *Pensamento Complexo* não pretende invalidar as contribuições resultantes do pensamento científico e moderno, mas avançar na interpretação da complexidade que envolve a realidade a partir do reconhecimento das limitações da visão cartesiana de mundo. Nesse sentido, para Morin, “[...] o problema da complexidade é, antes de tudo, o esforço para conceber um [desafio] incontornável que o real lança sobre a nossa mente” (2001, p. 176).

Com base nessa premissa, o autor argumenta a favor de uma proposta epistemológica que se inspire no reconhecimento e na rearticulação dos saberes, dos objetos e dos fenômenos em permanente interconexão. Segundo ele, “[...] tudo se entrelaça para formar a unidade da complexidade; porém a unidade do complexus não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram”

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

(MORIN, 2001, p. 188). Partindo desse pressuposto, Morin (2000, 2001, 2015) pretende delinear caminhos para a apreensão da complexidade, ou ainda, das complexidades que caracterizam os fenômenos contemporâneos. Nessa trajetória, reafirma a *dialogicidade* entre as partes e o todo, e do todo com as partes em um processo dinâmico, no qual o pesquisador se libera do compromisso de argumentações científicas lineares, reducionistas e fragmentadas. Isso porque no *Pensamento Complexo* são reconhecidos os “resíduos” historicamente negligenciados pela ciência clássica e que são frequentemente descartados como não-científicos. Nesse caso, sob essa via interpretativa, a incerteza, a desordem, a contradição e a pluralidade, tanto quanto a ordem, a coerência e a singularidade representam elementos constitutivos das relações que são ao mesmo tempo antagônicas e complementares entre si. (MORIN, 1977; 2001). Nessa leitura está também implícito o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento. Porém, conforme argumentado anteriormente, a via do *Pensamento Complexo* não pretende substituir o paradigma cientificista por outro, mas “[...] exercer um pensamento capaz de lidar com o real, de com ele dialogar e negociar” (MORIN, 2015, p. 6). Por essa razão, esse não pode ser entendido como um paradigma consolidado a ser traduzido como modelo científico hermético, mas um convite para que a realidade possa ser interpretada em sua complexidade.

Por todas essas razões, o paradigma do *Pensamento Complexo* pode representar uma via epistemológica inovadora para a interpretação de inúmeras questões da contemporaneidade, como aquelas relacionadas ao próprio turismo.

Para contribuir para esse exercício acadêmico, em favor do paradigma do *Pensamento Complexo* como via epistemológica, alguns de seus pressupostos estão sintetizados pedagogicamente a seguir no Quadro 1, em suas conexões potenciais com a interpretação do turismo entendido como fenômeno contemporâneo complexo.

**Quadro 1. Matriz-Síntese contendo os pressupostos associados ao *Pensamento Complexo* em seus rebatimentos para a interpretação do turismo**

<b>Pressupostos</b>	<b>Articulações possíveis com a interpretação do turismo</b>
<i>Universalidade/ Singularidade</i>	O turismo compreendido em suas múltiplas dimensões enquanto fenômeno de amplitude, de alcance global e globalizante e, simultaneamente, em suas especificidades e singularidades no plano local. Nesse caso, não poderia ser estudado sem que essas articulações sejam explicitadas e apreendidas, com a salvaguarda de serem evitadas generalizações totalizantes ou especializações relativizantes, que tendem a inviabilizar a sua compreensão enquanto episteme.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
 PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
 POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
 NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

<i>Reconhecimento e Irreversibilidade do tempo</i>	O turismo compreendido como um fenômeno historicamente localizado, no sentido de temporalidade a ele associada, mas também em sua contextualização em termos da dinâmica socioeconômica, ambiental, ética e política.
<i>(Re)ligação</i>	O turismo compreendido enquanto expressão de campos de força, dinâmicas e interconexões associados. Nesse caso, apreendido como fenômeno multidimensional e interpretado dialogicamente a partir de leituras inter e transdisciplinares, visando a rearticulação do que tem sido historicamente compartimentado pela lógica disciplinar, em decorrência da hegemonia do paradigma cientificista.
<i>Organização e auto-organização</i>	O reconhecimento de que para além do princípio cientificista da ordem, as inconstâncias e as controvérsias constituem os fenômenos, embora sejam negligenciadas pelo enfoque paradigmático positivista dominante no campo do turismo. Sendo assim, os estudos em turismo devem considerar as controvérsias relativas às próprias teorizações elaboradas e/ou propostas em seu conjunto epistemológico.
<i>Causalidade complexa e endoexocausalidade</i>	As causalidades mútuas e inter-relacionadas que constituem o fenômeno do turismo devem ser consideradas em sua interpretação, que deve transcender as causalidades lineares que caracterizam o paradigma cientificista. Isso implica no reconhecimento e na explicitação das relações de causalidade endógenas e também nas interferências exógenas que podem contribuir para reconfigurar e ressignificar o fenômeno turístico.
<i>Dialógica ordem-desordem-</i>	O turismo interpretado por meio de uma perspectiva dialógica, a partir da qual os processos que envolvem ordem e desordem possam ser articulados na apreensão do fenômeno. Nesse caso, o turismo decodificado por meio de uma via não-positivista, na qual se reconhece que os fenômenos antropossociais não podem ser entendidos apenas tendo a ordem como pressuposto. Sendo assim, se busca a integração da desordem, do acontecimento, do aleatório e do singular na tradução do fenômeno.
<i>Distinção</i>	As limitações inerentes ao princípio da disjunção cientificista precisariam ser ultrapassadas, articulando-se as relações entre as partes e o todo nos processos de produção de conhecimento. Isso implica em fazer emergir e buscar integrar ao processo as múltiplas dimensões constituintes do turismo, o que não seria possível sob a égide do paradigma cientificista e nem sob a perspectiva sistêmica (funcionalista) que ainda tem dominado a investigação acadêmica nesse campo.
<i>Relação entre pesquisador e objeto de pesquisa</i>	As nuances na relação entre o observador e o objeto observado/concebido no campo são essenciais em estudos turísticos. No caso da pesquisa social, especificamente, essa tende a ser uma condição essencial, uma vez que o próprio objeto de estudos, sob essa perspectiva, é concebido e construído a partir do olhar do observador e dos inúmeros atores sociais que compõem a dinâmica associada ao fenômeno.
<i>Implicação do sujeito</i>	A apreensão e a interpretação dos fenômenos e objetos pela perspectiva do paradigma positivista se baseiam no distanciamento entre sujeito e objeto, o que não acontece na prática. Esse equívoco está no centro de inúmeras distorções, principalmente no Campo das Ciências Humanas e Sociais. Assim, a produção de conhecimento sobre o turismo deve ser capaz de fazer emergir as subjetividades envolvidas no processo.
<i>Afirmação da trinalidade do ser e da existência</i>	O reconhecimento das dimensões física, biológica e, principalmente, antropológica que constituem os sujeitos envolvidos nos processos que caracterizam esse fenômeno é fundamental para a sua compreensão. As visões limitantes, decorrentes das tendências de formalização e quantificação que caracterizam o paradigma cartesiano simplificador, não permitem a leitura realista dos processos antropossociais que caracterizam o turismo.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

<i>Autonomia/ Dependência</i>	A leitura das subjetividades envolvidas no processo não inviabiliza o fazer científico. Isso porque a autonomia da ciência se constrói por meio da dinâmica <i>auto-eco-reorganização</i> . E nessa linha de argumentação, o turismo representa um fenômeno que se constitui da/na cocriação, em conexão com o ambiente (biofísico, social, cultural, histórico e político) e segundo um fluxo dinâmico de autonomia e dependência.
<i>Discursividade complexa</i>	Reconhecer as contradições que constituem o turismo tende a ser fundamental para a sua compreensão. A apreensão das assimetrias, dos valores, das singularidades culturais, das subjetividades e intersubjetividades envolvidas é, portanto, essencial para a compreensão do fenômeno que é complexo, traduz a dinâmica de inúmeros campos de disputa e ideologias e narrativas contraditórias.
Dialogicidade	O turismo deve ser interpretado de maneira dialógica, a partir da articulação dos princípios de inteligibilidade do <i>pensamento complexo</i> em macroconceitos nos quais também possam ser reconhecidas as noções duais que possam emergir dessas interconexões, de maneira complementar e até mesmo antagonista. Sendo assim, as perspectivas monológicas, disjuntivas e excludentes vinculadas ao pensamento cientificista de interpretação desse fenômeno precisariam ser superadas.

Fonte: Adaptação com base em Fragelli (2018); Fragelli *et al.*, (2019); tendo por inspiração Morin (2000, 2001 e 2015).

Por todas as razões mencionadas e considerando o turismo como um campo de conhecimento em construção, compreendido como “[...] um acontecimento instituinte, pois tem como motor as práticas sociais em seu tempo sócio-histórico” (BENI; MOESCH, 2016, p. 27), enquadrá-lo segundo o modelo cientificista monolítico seria abdicar da possibilidade de se buscar apreender as multidimensionalidades que o caracterizam. Por essa razão, embora seja ainda limitado o desenvolvimento de construções teórico-epistemológicas a partir de bases e abordagens próprias do turismo como campo do conhecimento (MOESCH, 2002; DENCKER, 2007, entre outros), esse parece um desafio essencial para a apreensão e a decodificação do turismo como fenômeno emblemático da contemporaneidade no contexto pós *Pandemia da Covid-19*.

É também importante enfatizar que, nesse movimento, tanto em termos de produção acadêmica como no plano das narrativas de políticas públicas, o turismo vem sendo progressivamente ressignificado. Assim, em 2018 (e, portanto, anteriormente à *Pandemia da Covid-19*), a própria *Organização Mundial do Turismo*, fortemente orientada por uma ideologia de mercado, já havia redefinido o turismo como “[...] um fenômeno econômico e social”<sup>4</sup> (UNWTO, 2018), o que parece traduzir progressivamente essa tendência também no discurso oficial. E, embora não seja possível afirmar que as intencionalidades expressas nas narrativas oficiais se traduzam efetivamente em estratégias reais com esse direcionamento e/ou nas institucionalidades envolvidas, esse parece ser um caminho sem volta no plano das políticas públicas, principalmente diante do reconhecimento das graves consequências que derivam da insustentabilidade dos modos de vida na sociedade

<sup>4</sup> Grifo das autoras. Disponível em <<http://www2.unwto.org/content/why-tourism>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

contemporânea, com efeitos diretos na própria dinâmica turística. Assim, a sustentabilidade *do e no* turismo constitui um tema chave para orientar o debate acadêmico sobre o fenômeno nos próximos anos e também para inspirar políticas públicas no cenário *Pós Pandemia da Covid-19*.

### **3 Turismos e sustentabilidades: balizamento conceitual também no plural**

Diante da crise contemporânea, expressa em todas as suas nuances no contexto da *Pandemia da Covid-19*, o debate sobre sustentabilidade no turismo adquire uma importância basilar. Uma nova concepção de desenvolvimento turístico em bases sustentáveis e segundo uma perspectiva ética e cidadã, baseada em uma visão estratégica de médio e longo prazos, requer, por pressuposto, um movimento de ruptura epistemológica na interpretação do próprio fenômeno turístico e sua decodificação em políticas públicas. Com esse intuito, se busca contextualizar brevemente, a seguir, de que maneira a noção de sustentabilidade se traduz no debate sobre o turismo, a partir de argumentos previamente construídos e publicados em Irving *et al* (2005) e Irving (2018a).

Esse exercício parte da reflexão sobre princípios e valores éticos no contexto de um mundo em crise, permeado por incertezas de toda ordem e confrontado com graves riscos em uma projeção de futuro. Nesse caso, o planejamento turístico, pela perspectiva qualificada como “sustentável”, principalmente em um contexto pós *Pandemia da Covid-19*, precisaria responder a esse sentido de urgência, segundo um novo paradigma de desenvolvimento orientado pelo reconhecimento da dinâmica mutante do *Sistema Mundo* e pela compreensão de que essa transformação necessária se opera na perspectiva de uma *Comunidade de Destino*, que se materializa na dinâmica *pulsante* da *Terra Pátria* (MORIN; KERN,2002).

Contudo, o campo da sustentabilidade representa também um terreno contraditório, permeado por inúmeras nuances ideológicas e distintas percepções da realidade. Também por essa razão, para alguns autores (RATTNER, 1999; GADOTTI, 2008; BOFF, 2012; IRVING; OLIVEIRA, 2012; IRVING, 2014; LOUREIRO, 2012; 2014, entre tantos outros) a noção de *sustentabilidade* traduz um sentido que transcende o debate ambiental ou a mera intenção de resposta funcional aos riscos evidentes de uma sociedade em crise. Isso implica, por pressuposto, em uma crítica direta aos modos de existência da sociedade contemporânea e se traduz como *ideia força*, em um horizonte incerto, em contraposição aos modos de produção e consumo que caracterizam as sociedades industriais e pós-industriais que estão na origem da insustentabilidade do modelo vigente de desenvolvimento.

No âmbito das narrativas oficiais das Nações Unidas, o termo *sustentabilidade* deriva, na

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

origem, da discussão sobre *desenvolvimento sustentável* que, por sua vez, emerge de maneira evidente no plano global, a partir do documento intitulado *O Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1988). Nesse documento emblemático são reafirmados os efeitos perversos do modelo vigente de desenvolvimento. Nele é também formulado um convite à construção de caminhos capazes de se contrapor aos crescentes riscos derivados da insustentabilidade desse processo, conforme já vinha sendo debatido desde 1972, no âmbito da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, realizada em Estocolmo. Desde então e em função do reconhecimento do agravamento progressivo dos riscos à própria sobrevivência planetária, a discussão sobre sustentabilidade vem adquirindo cada vez mais visibilidade.

Entretanto, essa noção vem sendo constantemente e cada vez mais ressignificada por meio de novos contornos teóricos, a partir da incorporação de inúmeras nuances socioambientais associadas não apenas ao compromisso de proteção da natureza, mas também de democratização de oportunidades e acesso a padrões dignos de qualidade de vida. Por todas essas razões, discutir sustentabilidade passou a implicar necessariamente em uma reflexão ética e política profunda e, portanto, em um sentido de cidadania planetária.

Nesse movimento e principalmente a partir dos desdobramentos da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, popularmente conhecida como *Rio 92* (principal marco internacional nesse debate), têm sido inúmeras as tentativas de conceituação para o que se denomina como turismo sustentável na literatura especializada. Butler (1999), no final da década de 1990, por exemplo, tenta construir uma espécie de “Estado da Arte” em relação a essa noção e, para ele, a dificuldade em se definir turismo sustentável deriva exatamente das inúmeras controvérsias relacionadas ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Para o autor, essa afirmação é claramente ilustrada pela proposta conceitual inicial e excessivamente abstrata da OMT para o turismo sustentável na mesma década, logo após a *Rio 92* (WTO, 1993). Na ocasião, turismo sustentável foi definido, pela instituição, como aquele que atende às necessidades dos turistas e das regiões anfitriãs, ao mesmo tempo em que busca fortalecer as oportunidades para o futuro. Contudo, narrativas vagas e abstratas como essa, segundo o autor, podem dificultar a sua compreensão e, por consequência, a sua operacionalização na *práxis* turística.

Nessa cronologia, em 1995, uma outra definição é proposta pela OMT (WTO, 1995a), e, segundo Irving *et al.* (2005), nela o turismo sustentável é entendido como uma modalidade de turismo ecologicamente sustentável de longo prazo e economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativa para as comunidades locais. Segundo essa perspectiva, em tese, o turismo se desenvolveria a partir do reconhecimento da dinâmica socioambiental em escalas local, regional e global,

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

respeitando-se a condição de vulnerabilidade que caracteriza muitas destinações turísticas. Em outras palavras, seria o turismo entendido a partir de uma perspectiva ética, na integração das dimensões econômica, social, ambiental e cultural que o compõem e que possa se perpetuar, indefinidamente, segundo a proposta de Ceballos-Lascurain (1996). Traduzido para o contexto atual, um turismo que pudesse ser mantido em tempo e espaço, segundo um compromisso intergeracional na integração entre passado, presente e futuro, tendo como pressuposto um sentido de continuidade e de renovação. (IRVING, 2018).

No entanto, a ênfase dos autores de referência sobre o debate no âmbito das políticas públicas globais se dirige à proposta da UNEP (2005a), que afirma que o turismo sustentável não representa uma forma especial ou um segmento de turismo, porque todas as iniciativas de turismo deveriam ser, em tese, sustentáveis. Também por essa razão, o turismo, em bases sustentáveis, não poderia ser orientado apenas pelas prioridades e demandas do mercado. E mesmo que essa leitura possa parecer, a princípio, utópica, o compromisso ético com as questões socioambientais do desenvolvimento e com as gerações futuras no contexto de uma sociedade em crise, tende a ser um caminho sem volta em planejamento turístico, principalmente quando se considera o contexto da *Pandemia da Covid-19*, a qual parece não deixar dúvidas sobre essa afirmação.

Nesse sentido, Lamic (2008), na publicação *Turismo durável: Utopia ou realidade*, aborda o turismo enquanto prática cidadã e discute os dois principais eixos que estão no cerne das contradições sobre o significado de turismo sustentável. Para ele, as contradições associadas a esse debate decorrem de duas vertentes analíticas: a primeira, com foco na leitura sobre o desenvolvimento, que vincula a rentabilidade em curto prazo a uma economia sem compromisso em relação aos efeitos induzidos pelo processo, negando até mesmo eventuais impactos negativos dele decorrentes. A segunda perspectiva analítica, em sentido oposto, se baseia exatamente no reconhecimento das implicações globais do turismo, partindo do pressuposto que a economia não mais pode representar a única prioridade no processo. Nesse embate, significados e ressignificações sobre o turismo vão sendo construídos, se sobrepondo ou se contrapondo entre avanços e retrocessos. Mas haveria alguma dúvida possível no horizonte pós *Pandemia da Covid-19*? E, independentemente do debate teórico que caracteriza as controvérsias nesse campo, como avançar na direção de caminhos inovadores para o planejamento turístico, em bases sustentáveis no contexto pós *Pandemia da Covid-19*? E como vem se traduzindo esse debate pulsante no plano de políticas públicas globais dirigidas à sustentabilidade no turismo?

#### **4 Regatando caminhos de políticas públicas globais para se pensar a sustentabilidade no turismo**

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

Considerando os antecedentes brevemente discutidos, inúmeros têm sido os esforços (não sem embates, contradições, dissensos e conflitos) no campo da sustentabilidade, no plano global, para o enfrentamento dos efeitos da crise contemporânea, principalmente após a *Rio 92*, um marco sem precedentes para a reflexão sobre sustentabilidade, com importantes desdobramentos também nas políticas públicas de turismo e em suas nuances no plano da diplomacia contemporânea.

Vale mencionar que, anteriormente à *Pandemia da Covid-19*, o turismo era ainda defendido por alguns como a “indústria que mais crescia no mundo”, a partir de projeções de expansão quase que indefinidas para o século XXI e os dados da OMT até 2019 pareciam confirmar essa tendência, apesar dos claros cenários de incertezas nos planos socioambiental e geopolítico.

Mas a *Pandemia* parece ter colocado essa certeza em xeque. E, se até 2019 as estratégias de políticas públicas dirigidas ao planejamento do setor se baseavam prioritariamente nas estimativas otimistas que previam aumentos crescentes de fluxos, deixando para o segundo plano questões centrais como os impactos decorrentes do processo, o contexto da *Pandemia* parece ter desmistificado essa tendência. Desse modo, o foco da reflexão passou subitamente a ser como lidar com os riscos e as incertezas em âmbito econômico, mas também social, ambiental, político e geopolítico, e quais as estratégias e salvaguardas necessárias para o planejamento turístico diante dos efeitos inegáveis da crise civilizatória.

Assim, se desde a década de 1990 tem-se avançado lentamente no debate sobre sustentabilidade no turismo no sentido de reconhecimento das “sutilezas” envolvidas e seus efeitos, o contexto da *Pandemia* parece estar definitivamente contribuindo para que novas questões sejam incorporadas tanto à pesquisa acadêmica, como às narrativas oficiais de políticas públicas. Mas é importante mencionar que, na mesma década, mesmo antes do alcance global das redes sociais, Ceballos-Lascuráin (1996) já havia observado algumas tendências interessantes no caso do turismo, como a diversificação do setor por meio da especialização progressiva do perfil do turista; o aumento de interesse pelas denominadas “férias de atividade”, em contraposição ao turismo convencional passivo de “sol e praia”; a ampliação de interesses dos países desenvolvidos pelas culturas “exóticas” e a busca por áreas naturais menos impactadas, como resultado da sensibilização global por temas ambientais e/ou ligados à natureza. Assim, para o autor, a discussão ética sobre desenvolvimento turístico estaria conectada com a proposta de um tipo de turismo a ser desenvolvido e gerenciado, de maneira que o mesmo pudesse se perpetuar indefinidamente. Mas como esse movimento viria a ser traduzido em políticas públicas e dispositivos de alcance internacional a partir da *Rio 92*?

Com essa intenção e para que se possa pensar em caminhos futuros para o planejamento turístico em bases sustentáveis no contexto pós *Pandemia da Covid-19*, pretende-se resgatar e

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
 PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
 POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
 NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

descrever, no Quadro 2, a seguir, uma retrospectiva sobre algumas das principais políticas públicas globais e/ou documentos orientadores para a discussão do compromisso de sustentabilidade no turismo entre 1992 (IRVING, 2018a) e 2017, quando a OMT publicou o documento *Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: caminho para 2030* (UNWTO, 2017b), em resposta aos compromissos pactuados no âmbito da *Agenda 2030* (UN, 2015a).

**Quadro 2.** Matriz-síntese relativa aos principais dispositivos globais na interface com a reflexão sobre sustentabilidade no turismo no pós *Rio 92*

Documento	Síntese/Objetivos
<i>Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável</i> (WTO, 1995a)	O documento explicita diretrizes para o desenvolvimento sustentável com base na <i>Agenda 21</i> para os governos e organizações comerciais representativas e também para as empresas, sendo identificadas áreas prioritárias para orientar as ações do setor.
<i>Códigos Ambientais de Conduta para o Turismo</i> , (UNEP, 1995)	O documento busca apresentar, sistematizar e divulgar os códigos existentes e fornece algumas diretrizes para outros que possam ser elaborados no futuro.
<i>Carta do Turismo Sustentável</i> (WTO, 1995b)	Este foi o primeiro pacto para o turismo sustentável construído no âmbito da OMT após a <i>Rio 92</i> , inspirado nos princípios da <i>Agenda 21</i> . Nele são definidas as bases de um plano de ação para o turismo sustentável, a ser desenvolvido por todos os países-membros da ONU.
<i>Carta Internacional do Turismo Cultural</i> (UNESCO, 1999)	Nesse documento é enfatizado o desenvolvimento turístico, em harmonia com o respeito e a valorização tanto do patrimônio cultural quanto das culturas vivas das comunidades autóctones. Este código reafirma o direito ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos, além do compromisso de promoção do ordenamento turístico equitativo, responsável e sustentável, em benefício de toda a sociedade.
<i>Carta do Turismo Sustentável + 20</i> (UNWTO, 2015)	Neste documento são considerados os <i>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</i> (ODS) adotados pelas <i>Nações Unidas</i> em 2015, como oportunidade para o desenvolvimento turístico de forma inclusiva e sustentável. São também reconhecidos os impactos negativos do turismo com relação aos recursos naturais e culturais, os desequilíbrios e desigualdades sociais e o risco de terrorismo em muitos destinos turísticos. Nesse documento o turismo é considerado uma via potencial para a paz e a tolerância planetárias.
<i>Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: caminho para 2030</i> (UNWTO, 2017)	A <i>Agenda 2030</i> estabelece os novos 17 <i>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</i> (ODS) e implica, por pressuposto, em um novo paradigma de desenvolvimento, segundo uma nova ética, orientada pelo combate à fome e redução das desigualdades sociais, considerando a compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e o compromisso com a proteção da natureza e sua manutenção para as gerações atuais e futuras. Nesse documento é enfatizado o potencial do turismo para contribuir direta e/ou indiretamente para todos os 17 ODS e, em especial, para o crescimento, produção e consumo sustentáveis e o uso sustentável de oceanos e recursos marinhos.

Fonte: Adaptação de Irving *et al.* (2016) e Irving (2018a)

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

Muito embora o exercício proposto na matriz anterior se baseie no recorte temporal a partir de 1992 pelas razões mencionadas, não se poderia deixar de enfatizar que ainda na década de 1980 e, portanto, anteriormente a à *Rio 92*, a OMT já havia publicado a *Declaração de Manilha*, com ênfase nos valores social, cultural, econômico, ambiental e político do turismo, considerando os compromissos de proteção e melhoria de diversos componentes do ambiente humano, a partir do entendimento de serem esses fundamentais para o desenvolvimento harmonioso do turismo.

Contudo, o ponto de partida para a ação internacional rumo à sustentabilidade no turismo parece ter resultado diretamente dos efeitos da *Rio 92* e, em particular, da *Agenda 21*, acordada naquela ocasião e que definiu, como prioridade para o alcance da proposta de desenvolvimento sustentável, o estabelecimento, a adoção e a implementação de códigos de conduta para a indústria, entre inúmeros outros pactos delineados para orientar um novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. Com base nessa perspectiva, a OMT publicou a *Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável* (WTO, 1995a), na qual foram definidas diretrizes para orientar governos e demais organizações da sociedade com esse objetivo. Nela foram também identificados alguns eixos prioritários de ação para subsidiar um futuro programa de turismo sustentável no plano global.

Entretanto, evidentemente, iniciativas como essas só poderiam avançar a partir de um processo de mudança comportamental e uma ética institucional cidadã, uma vez que o desenvolvimento turístico depende claramente da qualidade do conjunto do patrimônio natural e cultural de uma dada localidade com potencial turístico. Da mesma forma, para tal, seria necessário admitir que o turismo gera impactos significativos tanto no ambiente natural como no social, o que exigiria, por pressuposto, a construção de *Códigos de Ética* a ele dirigidos. Assim, ainda na década de 1990, a UNEP (1995) publicou um documento intitulado *Códigos Ambientais de Conduta para o Turismo*, com o objetivo de compilar, sistematizar e divulgar os códigos existentes e fornecer diretrizes para outros documentos com esse objetivo no futuro. Ou seja, imediatamente após a *Rio 92*, inúmeras iniciativas com esse objetivo passaram a ser colocadas em andamento, no sentido de promover práticas sustentáveis no turismo, no plano do Sistema das Nações Unidas.

Nesse movimento inspirado pela *Rio 92*, em 1995, foi pactuada a denominada *Carta de Lanzarote* (ou *Carta de Turismo Sustentável*), resultante da *Conferência Mundial de Turismo Sustentável*, naquela mesma cidade, quando se discutiu a tendência de expansão global do turismo de massa, com consequências diretas na ampliação da pobreza e na segregação social, principalmente nos países subdesenvolvidos (WTO, 1995b). Com esse reconhecimento, na ocasião, foram acordados

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

princípios e objetivos para orientar o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.<sup>5</sup> Nesse documento, em um real esforço de articulação interinstitucional no plano global, foi enfatizada a necessidade de se desenvolver o turismo a partir do compromisso de conservação do “capital natural e cultural”, especialmente no caso das áreas protegidas. Da mesma maneira, foi reafirmada a preocupação em se considerar como pressuposto para a conservação e a gestão patrimonial a integração entre natureza e cultura. Além disso, buscou-se traduzir nesse documento a compreensão do turismo como caminho possível para o desenvolvimento sustentável, na articulação entre as dimensões natural e cultural envolvidas no processo.

Ao final de década de 1990 foi publicada ainda a *Carta Internacional para o Turismo Cultural* (UNESCO, 1999)<sup>6</sup>, em articulação com o documento *Base para a Ação*, que enfatizou a necessidade de integração de valores culturais no planejamento social e econômico, e a realização de uma ação transversal capaz de promover a integração entre as organizações vinculadas ao turismo e entre elas e aquelas de competência na gestão de patrimônio natural e cultural, buscando-se a salvaguarda da diversidade cultural e do direito de manifestação cultural das populações autóctones e/ou tradicionais.

No mesmo ano foi também pactuado o *Código Mundial de Ética para o Turismo: por um turismo responsável* (WTO, 1999)<sup>7</sup>, referência desde então nesse debate, que reafirma o direito ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos, além do compromisso de promoção do ordenamento turístico equitativo, responsável e sustentável, em benefício de toda a sociedade.

Assim, na década de 1990, foram traçados, no plano do Sistema das Nações Unidas, alguns dos principais parâmetros éticos para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, os quais passaram a inspirar, nos anos seguintes, novas narrativas para a interpretação do turismo como fenômeno global contemporâneo.

Não se pode negligenciar, nessa breve retrospectiva, a influência dos denominados *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ou as denominadas *Metas do Milênio*) pactuados em 2000 e projetados para se pensar o desenvolvimento no horizonte de 2015 (UN, 2000). Esses objetivos priorizaram as questões sociais do desenvolvimento, com uma ênfase central nos compromissos de redução da pobreza e combate à fome, que passaram a exigir novos alinhamentos também no plano das políticas setoriais de turismo, em função do reconhecimento dos graves riscos sociais decorrentes do modelo vigente de desenvolvimento. Na esteira dessas narrativas, alguns anos depois, em 2005, a

---

<sup>5</sup> Isso ocorreu por meio de uma parceria entre a UNESCO, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Centro de Patrimônio Mundial da Comissão Europeia, a Divisão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e a própria Organização Mundial do Turismo.

<sup>6</sup> Pelo *Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios* (ICOMOS), vinculado à UNESCO.

<sup>7</sup> O documento foi um resultado de um amplo processo de consulta aos vários segmentos da sociedade.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

UNEP publicou o documento *Integrando Sustentabilidade em Negócios: Um Guia de implementação para Coordenadores de Turismo Responsável* (UNEP, 2005b), de forma a traduzir as premissas do desenvolvimento sustentável para os agentes responsáveis e/ou coordenadores de instituições do setor turístico, no sentido de orientar suas práticas cotidianas.

Dez anos depois, em comemoração aos vinte anos da *Conferência Mundial de Turismo Sustentável* (Lanzarote), a *Carta de Turismo Sustentável +20* (UNWTO, 2015) expressou alguns dos avanços obtidos nesse processo, que teve início, de maneira mais evidente a partir da década de 1990. Esse documento reafirmou com clareza a visão do turismo como vetor de transformação social e via potencial para a geração de benefícios às comunidades locais, buscando fomentar iniciativas inovadoras e assegurar as salvaguardas dirigidas à proteção do patrimônio natural e cultural. Nessa Carta se fez ainda referência ao significado da própria experiência turística. Além disso, na *Carta de Lanzarote +20* se passou a defender a integridade dos “tesouros do planeta”, em um sentido ético e de responsabilidade planetária<sup>8</sup>.

Sendo assim, uma mudança progressiva vem sendo observada no viés narrativo que orienta o discurso oficial de políticas públicas setoriais de turismo, possivelmente em resposta ao reconhecimento dos efeitos da crise contemporânea e também traduzidos nas demais políticas públicas globais. Não por acaso, no âmbito das Nações Unidas, 2017 foi declarado como o *Ano Internacional do Turismo Sustentável*.

Os últimos anos têm sido também emblemáticos para o reconhecimento do agravamento da crise global, em termos de aumento da pobreza, da desigualdade social, da emergência climática, da erosão da biodiversidade, dos riscos crescentes associados à segurança hídrica e alimentar, e das inúmeras tensões econômicas, políticas e geopolíticas que transformam a sociedade contemporânea em uma espécie de “bomba relógio”. Assim, em 2015 foram também acordados, no âmbito das Nações Unidas, a *Agenda 2030* (UN, 2015a) e o *Acordo de Paris* (UN, 2015b).

O *Acordo de Paris* teve o objetivo de alertar a sociedade global para a urgência, em termos de mudança no paradigma de desenvolvimento, ao advogar uma economia de baixo carbono e padrões sustentáveis de produção e consumo. A *Agenda 2030* se traduz nos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS)<sup>9</sup> que, em seu conjunto, expressam as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento e buscam orientar um plano de ação global para se pensar o futuro do planeta, considerando como pressupostos a prosperidade, a paz universal e a liberdade a partir do

---

<sup>8</sup> Esta leitura contrasta claramente com o texto da *Carta de Lanzarote de 1995*, no qual natureza e cultura são interpretadas como “capital”, com base na lógica mercadológica vigente à época, que esteve na base da concepção daquele documento, conforme discutido anteriormente.  
<sup>9</sup> Este pacto foi firmado com ênfase em dezessete dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, sendo os mesmos traduzidos em 169 metas, sob o legado dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, que buscaram concretizar principalmente avanços sociais para uma sociedade mais justa.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

reconhecimento de que a erradicação da pobreza constitui, na atualidade, o maior desafio global a ser enfrentado, sendo um compromisso indispensável para que se possa alcançar o desenvolvimento sustentável.

Assim, nessa breve retrospectiva de políticas públicas globais, merece atenção o documento recente da Organização Mundial de Turismo (OMT), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado em português, *Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: caminho para 2030* (UNWTO, 2017b), que tem como objetivo discutir as oportunidades e desafios para o turismo nesse contexto. Esse documento aborda, dentre outros temas, a governança no turismo, as expectativas com relação ao setor privado e os mecanismos de financiamento para o turismo sustentável. Porém, nele são expressas algumas contradições evidentes com relação ao próprio significado de sustentabilidade adotado para orientar a narrativa. No primeiro capítulo, por exemplo, o foco se dirige às oportunidades e desafios “para o crescimento do turismo” em bases sustentáveis, mas é enfatizada também a necessidade de aprimoramento do processo de governança. No segundo, dedicado ao setor privado, o texto se concentra nas tendências para a competitividade no setor, com uma ênfase evidente dirigida à questão da ecoeficiência e aos aspectos operacionais e de logística em turismo, embora o tema da hospitalidade seja também abordado. Assim, defende-se, contraditoriamente, a necessidade de uma postura ética e democrática, ainda que um dos focos prioritários se dirija à competitividade no setor como caminho para que se possa alcançar o denominado turismo sustentável na práxis turística. O terceiro capítulo, por sua vez, tem como foco os mecanismos de financiamento necessários para assegurar esse direcionamento, enfatizando a necessidade de que as alternativas com esse objetivo extrapolem aquelas em andamento por meio das estratégias convencionais, no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento. Assim, embora o documento reconheça o papel do turismo para o alcance direto e/ou indireto dos novos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* e enfatize alguns deles como prioritários, ele expressa um evidente viés mercadológico para a interpretação do turismo, o que se traduz em contradições claras sobre a própria leitura de sustentabilidade e sua tradução em práticas de fato sustentáveis no plano do desenvolvimento turístico a médio e longo prazo.

Não se pode negligenciar, nessa análise, que esse documento foi publicado anteriormente à *Pandemia da Covid-19*. Por essa razão, naquele momento, como seria de se esperar, parecia expressar, em termos de planejamento turístico, as mesmas premissas que vêm historicamente orientando o setor, apoiadas na crença de seu crescimento indefinido. Mas, dessa vez, as narrativas oficiais foram construídas permeadas por nuances de ecoeficiência, em “adequação/adaptação” às tendências globais expressas na articulação com a *Agenda 2030*.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

Assim, pode-se afirmar que, embora as dimensões socioambientais e éticas envolvidas no debate sobre sustentabilidade venham sendo progressivamente internalizadas nas narrativas oficiais de políticas públicas globais dirigidas ao turismo desde 1992, esse processo expressa inúmeras contradições e se constrói sob o efeito de inúmeras ideologias em disputa, entre idas e vindas e segundo as principais tendências globais. Sendo assim, levando-se em consideração esse campo de forças, como projetar caminhos para o planejamento turístico, segundo uma perspectiva ética, no contexto pós *Pandemia da Covid-19* e no horizonte da *Agenda 2030*?

**5 Projetando caminhos para a práxis turística no horizonte da *Agenda 2030* e no contexto pós *Pandemia da Covid-19***

Por todas as razões anteriormente discutidas, o primeiro passo para se projetar caminhos para o turismo no horizonte da *Agenda 2030* parece ser admitir que a discussão ética sobre desenvolvimento turístico será inevitável nos próximos anos, principalmente no contexto pós *Pandemia da Covid-19* e na nova condição de “anormalidade” que caracteriza as incertezas dos anos que estão por vir.

Isso porque o turismo induz transformações irreversíveis nas dinâmicas socioculturais, ambientais e políticas, mas também é diretamente influenciado por elas para a sua concretização. Além disso, o turismo pode representar um fator indutor de exclusão social, concentração de renda e degradação ambiental se as questões de sustentabilidade em sentido amplo não forem internalizadas em planejamento turístico. Mas, inversamente a esta tendência, o turismo pode também contribuir efetivamente para a melhoria de qualidade de vida, para a redução das desigualdades sociais e para salvaguardar a integridade do patrimônio natural e cultural, dependendo das premissas éticas adotadas para o seu desenvolvimento. Nesse caso, a *Agenda 2030* precisa ser entendida como um instrumento pedagógico que traduz um pacto global por vezes excessivamente otimista, mas também contraditório por representar a resultante de um campo de disputas, no contexto de uma sociedade capitalista baseada em modos de produção e consumo, por pressuposto, insustentáveis.

Ainda assim, como dispositivo internacional de políticas públicas, ela tende a contribuir para dar visibilidade às questões globais que estão no cerne do debate e também aos riscos que afetam toda a sociedade planetária. E, por essa razão, pode representar uma via interessante para orientar ações de políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento em bases sustentáveis, em um claro cenário de crise civilizatória. E, no caso específico do turismo, esse pode ser um exercício construtivo para o futuro próximo. Para apoiar esse argumento, a seguir, no Quadro 3, se pretende, sintetizar um breve exercício

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

da releitura de caminhos possíveis para a práxis turística, em conexão com os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (IRVING, 2018b).

**Quadro 3.** Matriz Síntese com as conexões possíveis entre os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (UN, 2015a) e a práxis turística

<b>ODS</b>	<b>Conexões possíveis com a práxis turística</b>
1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares:	A redução da pobreza, reconhecida como o maior problema a ser enfrentado na atualidade implica, em tese, em sociedades mais justas, com melhor distribuição de renda e oportunidades, além do reconhecimento e respeito às diferenças. O turismo pode representar, neste caso, uma importante via com esse direcionamento se o seu desenvolvimento tiver como pressupostos orientadores valores éticos capazes de influenciar novas práticas empresariais, da gestão pública, da sociedade em geral e novos comportamentos do próprio turista.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável:	Este compromisso pressupõe a integração das políticas públicas de turismo com as políticas agrícolas, sociais e de desenvolvimento regional, privilegiando a agricultura familiar, a economia circular e de proximidade e a própria ressignificação do meio rural na sua relação com as cidades. Isso implica na valorização dos modos de vida e da cultura das populações rurais, assim como no fomento à produção familiar orgânica e na adoção de novos comportamentos de residentes e turistas, baseados em escolhas sustentáveis, como inspirações essenciais para novas propostas de turismo rural e/ou turismo de base comunitária. .
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades:	A questão do bem estar e da vida saudável vem sendo discutida nos últimos anos como um caminho essencial para a construção de sociedades sustentáveis e para o enfrentamento da condição do “mal estar contemporâneo” que resulta das incertezas da crise civilizatória. Nesse caso, o turismo pode representar uma via potencial indutora de vida saudável, bem-estar e de encontros na diferença, embora esse seja um tema apenas marginalmente tratado em planejamento turístico.
4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos:	O acesso à educação de qualidade constitui o primeiro requisito para o exercício de cidadania e para a construção de sociedades sustentáveis. Nesse sentido, o turismo pode representar uma via privilegiada e lúdica de aprendizagem, uma oportunidade para os encontros na diversidade e na natureza, na articulação entre o local e o global, em uma perspectiva de formação cidadã. Inversamente, a própria qualidade da experiência turística depende da condição de educação e como essa se expressa na dinâmica sociocultural e nos padrões de hospitalidade, em nível local.
5. Atingir a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres:	A mulher tem papel central na dinâmica familiar e também na indução de novos comportamentos. Por essa razão, seu engajamento em projetos turísticos tende a ser essencial para a mobilização dos jovens e para o equacionamento das questões de saúde e educação, que são fundamentais para o desenvolvimento de iniciativas turísticas em bases sustentáveis. O protagonismo feminino e a igualdade de gênero representam assim premissas para o êxito de iniciativas turísticas.
6. Assegurar a disponibilidade e a gestão	O turismo depende da disponibilidade hídrica e da própria

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
 PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
 POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
 NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

ODS	Conexões possíveis com a práxis turística
sustentável da água e saneamento para todos:	qualidade da água, mas impacta perigosamente essa dinâmica, seja pela pressão da demanda ou pelos seus efeitos diretos em termos das pressões exercidas sobre os serviços de captação de água e saneamento. Esse contexto ilustra com clareza um paradoxo ético central para o debate relacionado à sustentabilidade no turismo e exige novas perspectivas de planejamento no que se refere à gestão da água e, sobretudo, ao direito de acesso à água de qualidade.
7. Assegurar o acesso à energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível a todos:	A urgência de estratégias para a transição energética, a própria garantia do direito de acesso à energia e a questão do consumo energético constituem temas centrais no debate sobre sustentabilidade também no turismo, principalmente em razão do <i>Acordo de Paris</i> (UN, 2015b). Sendo assim, projetos turísticos que se desenvolvam sem essas salvaguardas, além de serem insustentáveis em médio e longo prazos, tendem a estar sujeitos a sérios riscos, em razão da emergência de novos padrões de comportamento do próprio turista na escolha de destinos e também de restrições legais crescentes no horizonte pós <i>Pandemia da Covid-19</i> .
8. Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos:	Este objetivo, a princípio contraditório em uma economia de mercado, traduz os desafios a serem superados nos próximos anos para o enfrentamento da condição crescente de desigualdade social no plano global. Nesse caso, o turismo pode representar, em tese, uma via para o delineamento de caminhos criativos para economias de baixo carbono, capazes de gerar “empregos verdes”, no contexto de uma sociedade sustentável. Importante enfatizar que as crescentes desigualdades sociais têm representado uma das principais causas para o aumento dos fluxos migratórios e enrijecimento das fronteiras nacionais e, por consequência, para a interrupção e/ou diminuição de fluxos e receitas turísticas por razões geopolíticas.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação:	O setor turístico tende a gerar pressão sobre as infraestruturas existentes, mas é também indutor de infraestrutura e dinamização dos espaços onde se desenvolve e, nesse caso, tem um importante papel também nos processos de inovação e na mudança de mentalidade e comportamento dos segmentos da economia que tende a favorecer e/ou impactar, direta e/ou indiretamente. Assim, em tese, pode contribuir para a disseminação de novas práticas que envolvam a economia e o uso de energias renováveis e materiais recicláveis, a economia de água e energia, além da difusão de tecnologias para o reaproveitamento de subprodutos decorrentes do processo e para a geração de “empregos verdes”, em uma perspectiva de baixo carbono, conforme pactuado no <i>Acordo de Paris</i> (UN, 2015b).
10. Reduzir a desigualdade dentro e entre países:	A condição de desigualdade tende a gerar graves tensões sociais que podem ser consideravelmente potencializadas pelo turismo nos moldes vigentes e esse contexto está também na origem dos próprios riscos ao seu desenvolvimento. Assim, o turismo, ressignificado em bases sustentáveis, pode constituir-se como um importante via para a redução das desigualdades sociais, se conduzido a partir de um sentido de responsabilidade compartilhada diante do reconhecimento dos efeitos da crise civilizatória, cuja face mais perversa em uma sociedade capitalista

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
 PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
 POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
 NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

ODS	Conexões possíveis com a práxis turística
	é a desigualdade e a concentração de renda ou de oportunidades para alguns, em detrimento da maior parte da população global.
11. Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis	O processo crescente de urbanização coloca as cidades e seu significado no centro da discussão ética sobre sustentabilidade no turismo. Nessa discussão, uma questão-chave se refere à qualidade de vida urbana, na qual se inclui o tema da segurança que tem afetado e colocado em risco, em inúmeros contextos, o próprio avanço do setor. A construção de cidades sustentáveis vem se tornando, assim, um movimento global por meio do denominado <i>C40</i> , uma rede com esse objetivo, que envolve as cidades mais importantes do mundo e que progressivamente vem influenciando novas práticas em planejamento urbano e induzindo novas escolhas de destinos turísticos.
12. Promover a produção e o consumo sustentáveis:	A reflexão crítica sobre os modos de produção e consumo e a busca por novas dinâmicas em bases sustentáveis, estão no centro do debate ético contemporâneo. Assim, novos comportamentos em prol de escolhas mais responsáveis e o combate ao desperdício, bem como práticas para a minimização de resíduos e sub produtos do desenvolvimento constituem pré-requisitos para a construção de sociedades sustentáveis, sendo o <i>trade</i> turístico central nesse processo. Além disso, a emergência de perfis dos denominados “turistas cidadãos” tem induzido novos comportamentos em termos de consumo também no caso do turismo.
13. Assegurar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos:	Os riscos decorrentes do aquecimento global como uma das consequências mais visíveis dos modos de produção e consumo insustentáveis que caracterizam a sociedade contemporânea reconhecidos desde a <i>Convenção das Mudanças Climáticas</i> (UN, 1992a) representam um dos principais desafios a serem enfrentados no horizonte de 2030. Nesse sentido, o <i>Acordo de Paris</i> (UN, 2015b) define caminhos possíveis capazes de apoiar a transição para uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, diversos projetos e programas vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos em planejamento turístico, de forma a garantir que o turismo possa se desenvolver como um catalisador de transformações e comportamentos sociais necessários, na perspectiva de construção de sociedades sustentáveis. Da mesma forma os resultados do aquecimento global representam uns sérios entraves ao próprio turismo
14. Conservar, de forma sustentável, os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	As dinâmicas ecológicas nas zonas marinha e costeira condicionam e são condicionadas, sobretudo, pelos modos de vida a elas associados e pelas intervenções que nelas ocorrem. Assim, o turismo afeta e é influenciado diretamente por essas dinâmicas. Esses ambientes, que estão no centro do interesse turístico, se caracterizam por uma elevada biodiversidade sob forte ameaça, que constitui prioridade global no âmbito da <i>Convenção sobre Diversidade Biológica</i> (UN, 1992b). Nesses ambientes, o turismo caracterizado pela tipologia de “sol e praia” tem gerado inúmeros impactos perversos, não apenas com relação aos riscos de extinção de diversas espécies e degradação de ecossistemas frágeis, mas também nos modos de vida das populações ali residentes, normalmente excluídas do processo. Essa prática turística insustentável precisaria, assim, ser substituída por novas

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

<b>ODS</b>	<b>Conexões possíveis com a práxis turística</b>
	alternativas, centradas em estratégias de valorização da sociobiodiversidade local, a partir de estratégias de articulação entre natureza e cultura.
15. Proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, travar e reverter a degradação da terra e estancar a perda de biodiversidade:	A <i>Convenção sobre Diversidade Biológica</i> (UN, 1992b) estabeleceu como objetivos a proteção e o uso sustentável da biodiversidade de forma equitativa e responsável. Contudo, o turismo, nos moldes atuais, é ainda entendido como “consumidor de naturezas e culturas”. Nesse caso, a natureza é destituída de seu valor intrínseco, passando a ser decodificada pelo mercado turístico apenas como atrativo, o que está na origem de inúmeros riscos à sociobiodiversidade em ambientes terrestres. Mas ao contrário das tendências atuais, o turismo pode representar, no futuro, uma via para a reconexão entre natureza e cultura, contribuindo para induzir mudanças comportamentais dirigidas à proteção da sociobiodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, conceder o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis:	As graves condições de desigualdade e exclusão social no mundo têm sido responsáveis por inúmeras tensões que, por sua vez, estão na origem de um contexto de insegurança e incertezas no plano global, o que tem influenciado o aumento dos fluxos migratórios e o fechamento progressivo de inúmeras fronteiras nacionais, com impactos crescentes e evidentes na dinâmica do próprio turismo. Nesse caso, o turismo poderia contribuir para induzir novos comportamentos, capazes de transformar a própria sociedade e se reinventar como uma via possível para a construção de sociedades pacíficas, mais tolerantes, justas e sustentáveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável:	Meios de implementação à altura da complexidade dos desafios representados pelos <i>ODS</i> implicam em novas formas de governança, parcerias e dinâmicas institucionais, globais, além da transversalidade em políticas públicas. Sendo assim, as políticas públicas de turismo, por razões óbvias, não podem estar à margem desse movimento. Como indutor de mudanças e transformação social, “consumidor” de espaços e de patrimônio, o turismo não pode mais ser decodificado em políticas públicas setoriais, sem que sejam consideradas as dimensões sociais, ética, política e geopolítica que envolve. Sendo assim, os meios de implementação com esse direcionamento devem estar dimensionados em sintonia com a complexidade que caracteriza esse fenômeno global.

Fonte: Adaptado de Irving (2018b)

Importante mencionar ainda que, segundo a OMT (UNWTO, 2017) o turismo tem papel essencial para a implementação da *Agenda 2030*, porque representa aproximadamente um décimo do PIB mundial e dos empregos diretos e indiretos gerados no plano global. Mas, para a OMT, três ODS são mencionados com maior destaque para o turismo: os ODS 8, 12 e 14. O ODS 8 porque busca promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos. Nesse caso, o turismo é reconhecido como uma das forças motrizes para o crescimento econômico global. No caso do ODS 12, que incide sobre padrões sustentáveis de produção e consumo, o argumento defendido é que o turismo pode funcionar como via

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

potencial para incentivar boas práticas com esse objetivo, seja pela perspectiva do “consumidor” ou das organizações envolvidas no setor. No caso do ODS 14, o argumento que o justifica parte do reconhecimento de que o turismo costeiro e marítimo gera um importante impacto global, principalmente no caso de Estados Insulares que dependem de ecossistemas marinhos saudáveis. Nesse caso, o desenvolvimento turístico nesses ambientes deveria estar em sintonia com um processo de gestão integrada da zona costeira, no sentido de contribuir para conservar e preservar ecossistemas frágeis e funcionar como caminho para promover a denominada “economia azul”.

Mas por que a priorização desses ODS em detrimento dos demais? Provavelmente pelo viés de mercado que inspira essa narrativa, embora o exercício da matriz anterior tenha ilustrado, pedagogicamente, algumas das inúmeras e potenciais interfaces diretas e/ou indiretas do turismo com todos os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, quando este é decodificado por meio das dimensões socioambientais, éticas e políticas envolvidas, conforme anteriormente discutido e defendido nesse ensaio.

A matriz anterior ilustra ainda que, na perspectiva de planejamento turístico, é fundamental que no plano da ação governamental sejam incentivadas iniciativas de planejamento regional integrado e uma ação transversal em políticas públicas. Isso porque a abordagem fragmentada de políticas públicas dirigidas ao turismo tem resultado, com frequência, em uma distorção de interpretação sobre as diferentes faces do fenômeno e como ele se expressa no lugar turístico e na própria relação local-global.

## **6 Sintetizando o debate: entre tendências e incertezas pós *Pandemia da Covid-19***

Estimativas recentes da OMT (UNWTO, 2020), baseadas em projeções globais apoiadas na dinâmica de fechamento de fronteiras e nos inúmeros riscos associados às dinâmicas das viagens, em função da *Pandemia*, indicam, globalmente, a perda de mais de 100 milhões de empregos e 1 trilhão de dólares em termos de impacto econômico, uma vez que, segundo esse documento, 1 bilhão de turistas deixarão de circular pelo mundo. E, com as inúmeras incertezas que permeiam esse novo cotidiano e considerando ainda o agravamento provável da crise sanitária nos próximos meses, essas estimativas podem ser ainda superiores às aquelas anteriormente previstas. Reconhecendo uma redução de 80% na dinâmica de viagens, com relação ao período anterior à *Pandemia*, a sua recuperação dependerá, certamente, de uma série de acordos internacionais e protocolos a serem estabelecidos por governos nacionais e subnacionais. Da mesma forma, como resultado dos efeitos da *Pandemia* tendem a ser evidentes, globalmente no plano de políticas públicas, mudanças de rumo, no sentido de

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

redefinição de prioridades e delineamento de estratégias emergenciais para a recuperação da economia e no turismo, especificamente, esse movimento não será diferente.

No documento da OMT intitulado em português *Diretrizes Globais para o Reinício do Turismo* (UNWTO, 2020) são delineadas algumas recomendações para a recuperação do turismo nos próximos anos. Segundo essa fonte parece evidente que a ênfase será dirigida à proteção de empregos, às questões de segurança pública, à manutenção das atividades de empresas de pequeno e médio porte, à gestão das fronteiras e à necessidade de harmonização de protocolos sanitários com o apoio de novas tecnologias. O documento reconhece, ainda, ser o tema da sustentabilidade estratégico para o processo de retomada do turismo no contexto pós *Pandemia*. Esse caminho parece, portanto, irreversível diante do que representou e vem representando a *Pandemia* também como oportunidade de reflexão sobre os próprios modos de existir em sociedade. Mas de que maneira o debate complexo e polissêmico sobre sustentabilidade será traduzido em planejamento turístico? Essa é uma questão que merece reflexão.

Nesse sentido, Kock *et al.* (2020) discutem também que, em algum momento futuro, a *Pandemia* talvez possa ser controlada, que as barreiras às viagens possam ser suspensas e que a circulação de turistas possa ser reestabelecida globalmente. Mas, segundo os autores, são ainda inúmeras as incertezas sobre -o que de fato poderá acontecer no período pós *Pandemia*. Também por essa razão os impactos econômico, social e ambiental desse período prolongado de estagnação econômica só poderão ser estimados efetivamente após o (re)início das viagens no plano global. Entretanto, em qualquer hipótese parece inegável que o contexto da *Pandemia* resultará em mudanças comportamentais significativas dos turistas, com consequências diretas em suas escolhas. Nesse caso, não se pode minimizar que o tempo de confinamento em todo o mundo também representou uma oportunidade ímpar para a reflexão sobre o próprio modo de funcionamento da sociedade contemporânea e, talvez nesse movimento, horizontes mais sustentáveis tenham passado a compor o “cardápio” do desejo coletivo. Assim, nesse cenário de incertezas e na perspectiva de reconstrução das bases de um novo *sistema mundo* e da emergência possível de um perfil de “turista cidadão”, o turismo precisará ser ressignificado e as políticas públicas com esse objetivo, integralmente revistas.

E, se anteriormente à *Pandemia*, a opção de viagem ou a escolha de um “destino turístico” resultava principalmente de um balanço entre imaginários previamente construídos, custos e condições de infraestrutura e/ou entretenimento, nos tempos que virão essas escolhas poderão traduzir outros parâmetros associados à própria qualidade da experiência turística. Por conseguinte, escolhas resultantes de uma reflexão profunda que passa a agregar, progressivamente na relação custo/benefício, riscos e desconfortos de toda ordem, como a complexidades de protocolos sanitários,

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

as restrições migratórias e também as salvaguardas socioambientais, a partir do reconhecimento do turismo como indutor de impactos graves e de amplo alcance, como o aquecimento global, a erosão da biodiversidade e o agravamento dos processos de exclusão e desigualdade social, entre tantos outros problemas que a pandemia vem contribuindo para tornar ainda mais visíveis.

Assim, o “novo turista” (até aqui tão negligenciado em planejamento turístico), em termos de suas escolhas, passa a adquirir centralidade no debate. Isso porque mais do que um mero viajante nas estatísticas turísticas, esse tende a atuar, cada vez mais, como protagonista de um processo de transformação social e, por essa razão, estará no centro da dinâmica turística nos tempos que virão. Interessante mencionar nesse sentido que, em 2017, antes mesmo da *Pandemia*, o *Instituto de Turismo Responsável* (RTI) e a *Fundação Intermundial* já haviam lançado o *Manifesto do Viajante Responsável* (RTI/FI, 2017), em articulação com a *Agenda 2030*. Esse documento representa, assim, um exemplo recente de iniciativas possíveis nessa direção, a partir do próprio movimento social, que poderão contribuir para influenciar novos comportamentos e práticas sustentáveis no turismo no contexto pós *Pandemia da Covid-19*.

Vale ressaltar que, para além dos turistas, as populações residentes em localidades turísticas têm e terão as suas vidas diretamente e irreversivelmente afetadas pelo processo. Sendo assim, não podem ser interpretadas apenas como obstáculos aos interesses do *trade* turístico, como tem sido a lógica do processo, pois elas são as reais protagonistas no turismo. E se não estiverem no centro das estratégias de planejamento, o turismo continuará a funcionar como um consumidor ávido e perverso de naturezas e culturas, em resposta direta aos interesses do mercado. No entanto, essa parece ser uma opção inviável para o *trade* turístico em um cenário pós *Pandemia da Covid-19*, devido às razões anteriormente discutidas, as quais colocam em risco o próprio segmento, mesmo considerando a perspectiva de mercado.

Com relação ao *trade* turístico, especificamente, outro alerta parece também fundamental na reflexão ética sobre sustentabilidade no horizonte pós *Pandemia da Covid-19*: natureza e cultura não são apenas insumos para o processo — são as matrizes de funcionamento da sociedade. Sem natureza viva ou cultura pulsante não há turismo. Há deslocamento e viagem apenas, mas a “engrenagem turística” não se sustenta, principalmente em um contexto de crise civilizatória e em tempos de incertezas nos pós *Pandemia*.

Não menos importante nesta reflexão ética é o papel da própria academia na decodificação desse fenômeno complexo e seus desdobramentos, assim como na formulação e implementação de políticas públicas. A leitura cartesiana de mundo e as barreiras disciplinares enrijecidas constituem graves obstáculos para se pensar o turismo em bases sustentáveis, como teoricamente argumentado na

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

primeira parte desse ensaio. Turismo não é disciplina — é fenômeno complexo contemporâneo, que envolve inúmeras dimensões econômicas, sociais, ambientais, éticas, políticas, geopolíticas e simbólicas. Assim, insistir na leitura acadêmica do turismo apenas pela perspectiva disciplinar, operacional e/ou restrita à sua dimensão econômica, tende a contribuir, inevitavelmente, para agravar a visão distorcida sobre o fenômeno, principalmente diante dos riscos e incertezas que o contexto da *Pandemia* iluminou de forma pedagógica como nunca antes. Nesse sentido, diante de tantas tensões, incertezas e questões sem resposta, para se pensar a sustentabilidade no turismo pós *Pandemia da Covid-19*, parece fundamental que se compreenda que nada será como antes e o turismo precisaria de fato se reinventar.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

**Referências Bibliográficas**

BENI, M. C.; MOESCH, M. Do discurso da ciência do turismo para a ciência do turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 25, p. 9-30, 2016.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: a state-of-the-art review. **Tourism Geographies**, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, ecotourism, and protected areas**. Gland, Switzerland: The World Conservation Union, 1996.

CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

DENCKER, A. M. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Futura, 2007.

FRAGELLI, C. **Psicossociologia do turismo: interpretando um fenômeno “em constelação”**. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. 246 f.

FRAGELLI, C.; IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. Turismo: fenômeno complexus da contemporaneidade? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.19n3.2019.1663>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

IPBES – Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. **Workshop Report on Biodiversity and Pandemics**. Bonn: IPBES Secretariat, 2020.

IRVING, M.A. Para sustentabilizar o turismo na contemporaneidade. *In*: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G.(ors.) **Turismo: ressignificando sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2018. p. 17-56.

IRVING, M. A. Participação, inclusão social e os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. *In*: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (orgs.) **Turismo: Ressignificando sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2018. p. 57-89.

IRVING, M. A. Sustentabilidade e o futuro que não queremos. **Sinais Sociais**, v. 9, n. 26, p. 11-36, 2014.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 1-7, 2005.

IRVING, M. A.; OLIVEIRA, M. E. **Sustentabilidade e Transformação Social**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 2012.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E. A. Turismo, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa. *In*: IRVING, M. A.; CALABRE, L.; BARTHOLO, R.; LIMA, M. A. G. de; MORAES, E. A.; EGREJAS, M.; LIMA, D. R. (orgs.). **Turismo, natureza e cultura**: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 16-22

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.

KOCK, F.; NØRFELT, A.; JOSIASSEN, A.; ASSAF, A. G.; TSIONAS, M. G. Understanding the COVID-19 tourist psyche: The Evolutionary Tourism Paradigm. **Annals of Tourism Research**, v. 85, 103053, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.103053>. Acesso em: 20 out. 2020.

LAMIC, J. P. **Tourisme durable**: utopie ou réalité. Paris: L'Harmattan, 2008.

LOUREIRO, C. F. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, C. F. Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 37-69, 2014.

MOESCH, M. Para além das disciplinas. *In*: GASTAL, S. (orgs.). **Turismo e investigação crítica**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 25-44

MORIN, E. **O método**: a natureza da natureza. v. 1, 6 ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.

MORIN, E. **O paradigma perdido**: a natureza humana. 4 ed. São Paulo: Publicações Europa-América, 2000.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORISSET, K. L. Un savoir, des regards – Voir et comprendre le tourisme aujourd'hui. *In*: MORISSET, K. L.; SARRASIN, B.; ÉTHIER, G. (Direc.). **Épistémologie des études touristiques**. Collection Tourisme. Quebec: Presses de l'Université du Quebec, 2012.

PANOSSO NETTO, A.; CASTILLO NECHAR, M. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 1, p. 120-140, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v8i1.719>. Acesso em: 20 out. 2020.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

PANOSSO NETTO, A., NOGUERO, F. T., JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 03, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i3p539-560>. Acesso em: 20 out. 2020

PIERRON, J. P. **Penser le développement durable**. Paris: Ellipses, 2009.

RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente e sociedade**, v. 2, n. 5, p.233-240, 1999 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a20.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020

SAMPAIO, S. Estudar o turismo hoje: para uma revisão crítica dos estudos de turismo. **Etnográfica**, v. 17, n. 1, p. 167-182, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.2615>. Acesso em: 12 mai. 2016.

THE RESPONSIBLE TOURISM INSTITUTE/FOUNDATION INTERMUNDIAL. **Manifesto of the Responsible Traveller**, 2017. Disponível em: <https://www.biospheretourism.com/en/blog/the-responsible-tourism-institute-rti-and-foundation-intermundial-present-the-manifesto-of-the-responsible-traveler>. Acesso em: 1 out. 2017.

TRIBE, J. Tribes, territories and networks in the tourism academy. **Annals of Tourism Research**, vol. 37, issue 1, p. 7-33, 2010.

TRIBE, J. Tourism: A critical Business. **Journal of Travel Research**, v. 46, p. 245-255, 2008.

UN – United Nations. **United Nations Framework Convention on Climate Change (FCCC)**. 1992a. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

UN – United Nations. **Convention on Biological Diversity**. 1992b. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

UN – United Nations. **Millenium Development Goals**. New York: UN, 2000.

UN – United Nations. **Transforming our world: the 2030 Agenda for sustainable development**. Paris: UN. 2015a. [A/RES/70/1. 2015a.]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

UN – United Nations. **Paris Agreement**. Conference of the Parties Twenty-first session Paris: UN. 12 dez. 2015b. [FCCC/CP/2015/L.9/Rev.1. 2015b.]. Disponível em: [https://unfccc.int/files/meetings/paris\\_nov\\_2015/application/pdf/paris\\_agreement\\_english\\_.pdf](https://unfccc.int/files/meetings/paris_nov_2015/application/pdf/paris_agreement_english_.pdf). Acesso em: 12 maio 2016.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Carta Internacional sobre o Turismo Cultural**, ICOMOS, Cidade do México, 1999. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreturismocultural1999.pdf>. Acesso em: 10 nov.2020.

UNEP – United Nations Environment Programme, Division of Technology, Industry, and Economics. **Environmental codes of conduct for tourism**. Technical Report, n. 29, 1995.

**TURISMOS, SUSTENTABILIDADES E  
PANDEMIAS: INCERTEZAS E CAMINHOS  
POSSÍVEIS PARA PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
NO HORIZONTE DA AGENDA 2030**

UNEP – United Nations Environment Programme, Division of Technology, Industry, and Economics. **Making tourism sustainable: a guide for policy makers.** UNEP, 2005a.

UNEP – United Nations Environment Programme, Division of Technology, Industry, and Economics. **Integrating sustainability into business: an implementation guide for responsible tourism coordinators,** 2005b.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. **Carta Mundial del Turismo Sostenible + 20.** Madrid: UNWTO, 2015. Disponível em: <http://cartamundialdeturismosostenible2015.com/wp-content/uploads/2016/05/Carta-Mundial-de-Turismo-Sostenible-20.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. **2016 Annual Report.** Madrid: UNWTO, 2017a. Disponível em [http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/annual\\_report\\_2016\\_web\\_0.pdf](http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/annual_report_2016_web_0.pdf). Acesso em: 10 nov. 2017.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. **Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030.** [S.l.]: World Tourism Organization (UNWTO), 2017b. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419401>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. World Tourism Barometer. **Electronic Website** (sítio eletrônico) 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/wtobarometereng>. Acesso em: 15 out. 2018.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. **Global Guidelines to Restart Tourism.** 2020. Disponível em: <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-05/UNWTO-Global-Guidelines-to-Restart-Tourism.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VEIGA, J. E. da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor.** São Paulo: Editora SENAC, 2010.

WTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Sustainable tourism development: guide for local planners.** Madrid, 1993. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284402809>. Acesso em: 10 nov. 2020.

WTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Agenda 21 for the travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development.** Madrid, 1995a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/254041>. Acesso em: 10 nov. 2020.

WTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Carta del Turismo Sostenible.** Conferencia Mundial de Turismo Sostenible, Lanzarote, Spain, 1995b. Disponível em: <http://www.turismo-sostenible.org/docs/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2016.

WTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Código Ético Mundial para el turismo.** Madrid, 1999.